

a herança "sesmeira-pecuarista" e seus reflexos sobre o desenvolvimento atual: o caso de encruzilhada do sul-rs, segundo uma abordagem de sistemas agrários

Rafael Perez Ribas*

Lovois de Andrade Miguel**

RESUMO

No estudo da herança "sesmeira-pecuarista" de Encruzilhada do Sul, constata-se que ela pautou em muito as históricas relações existentes entre pequenos e grandes produtores rurais e o atual nível de desenvolvimento municipal. Através de uma abordagem voltada para os sistemas agrários, o presente artigo tem por objetivo analisar a origem desta herança, fazendo uma reflexão sobre suas conseqüências atuais. O fato é que, mais recentemente, a concentração de terras, reforçada pelo modelo modernizador, constituiu-se num entrave estrutural a outros modelos de desenvolvimento, com uma maior inclusão dos mais diversos produtores rurais. Grande parte dos municípios da região sul do Rio Grande do Sul passaram por um processo semelhante de ocupação e formação, já que estes locais foram construídos socialmente dentro de um espaço e de um tempo comum.

Palavras-chave: Encruzilhada do Sul-RS; sistemas agrários; "Metade Sul" do RS; sesmarias; desenvolvimento local/regional.

ABSTRACT

In study of "cattle farmer" bequest's *Encruzilhada do Sul*, there's evidence that it determined the historical relationships between small and great farmers and the current state of local development. Through agrarian systems approach, the present paper has an objective to analyze the origin of this bequest, making a reflection about its current consequences. The fact is that, recently, the land concentration, braced by modernizer model, constitutes a structural brake to other development models, with a larger inclusion of diverse farmers. The great part of *Rio Grande do Sul* South Region townships passed to such occupation and formation process, already that those got socially built in the same space and time.

Key words: Encruzilhada do Sul-RS; agrarian systems; "South Part" of RS; sesmarias; local/regional development.

* Economista formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestrando em Economia na Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR-UFMG).

** Doutor em Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola pelo Institut National Agronomique Paris Grignon (INA-PG), França, e Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1. Introdução

A região sul do Estado do Rio Grande do Sul sofreu, ao longo do último século, um processo de decadência econômica em relação às demais mesorregiões gaúchas (região norte e região metropolitana), com enfraquecimento do dinamismo produtivo e com perda de poder político, por parte de seus representantes, frente ao Estado e à União (VERSCHOORE FILHO, 2000; ALONSO, BENETTI, BANDEIRA, 1994). A conseqüência foi, ao longo do século XX, o gradual empobrecimento da população de muitos municípios, em termos de capacitações¹, com o aumento no número de desempregos e agricultores sem-terra. As evidências desta relativa decadência são decorrentes, em especial, da situação experimentada pelos principais setores produtivos, como a pecuária de corte extensiva, a orizicultura e o setor agro-industrial tradicional (conservas e carnes), e da ausência de recursos para investimentos sociais (PGDR, 2001).

Incluído nesta região e, conseqüentemente, neste processo, Encruzilhada do Sul foi um dos municípios selecionados pelo Programa de Pesquisa Interdisciplinar (PROINTER)², da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para realizar sua investigação. Através deste programa, constatou-se que o local apresenta uma situação demográfica de significativo êxodo rural, decorrência da dificuldade que certos grupos de agricultores locais enfrentam na busca de assegurar sua reprodução social e material (PGDR, 2003). O projeto ainda aponta que diversas iniciativas têm sido propostas por órgãos públicos para reverter este processo, todavia sem uma análise aprofundada da realidade local e da complexidade das relações entre os vários fatores envolvidos no surgimento dos ditos "problemas" (PGDR, 2001; PGDR, 2003).

Encruzilhada do Sul apresenta uma vasta extensão geográfica (3.438,5km²), a 13ª maior entre os municípios gaúchos, com uma elevada diversidade social em seu interior, tendo também uma grande

¹ O conceito de pobreza enfocado faz referência à abordagem das capacitações. Sobre o tema, ver Sen (2000, 2001).

² O Programa de Pesquisa Interdisciplinar (PROINTER) é desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com diversas outras entidades do Brasil e do exterior, sendo este um programa voltado para o desenvolvimento de pesquisas, de cunho multi e interdisciplinar, sobre a problemática rural na região sul do Rio Grande do Sul.

importância histórica e cultural, tanto para a "Metade Sul" quanto para o Estado do Rio Grande do Sul, em decorrência de sua localização³ e de seu sistema produtivo predominante, baseado na pecuária. No entanto, nos últimos vinte anos, observou-se no município uma constante situação de crise e marginalização de seu setor produtivo, basicamente primário, fator que se refletiu no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) de 1991 (0,677) e na consideração deste como um dos locais com maior incidência de pobreza no Estado do Rio Grande do Sul, em meados da década de 1990. Comparativamente, este IDH-M situava-se entre os 20% menores do Estado, naquele ano.

Apesar de a crise econômica encruzilhadense ter emergido consideravelmente só a partir dos anos oitenta, verifica-se que problemas e distorções sociais, com reflexos sobre as relações de trabalho, vinham acontecendo há muitos anos. A conjuntura instável do mercado agropecuário trouxe, por diversas vezes, problemas aos produtores locais, tanto grandes como pequenos. Problemas que, dependendo da magnitude, geraram "quebras" significativas na evolução dos sistemas agrários.

No estudo da evolução dos sistemas agrários, enfoca-se o sistema "sesmeiro-pecuarista", constatando que a herança deixada por ele em muito pautou as históricas e as atuais relações existentes entre produtores e trabalhadores rurais na ocupação e na utilização de seu espaço. Trabalhos, como o de Monasterio (2002) e o de César e Bandeira (2001), com abordagem voltada para a questão do capital social⁴, levantaram que a disparidade regional ocorrida no Rio Grande do Sul foi causada, em parte, pela formação de uma sociedade com bases nesta herança, provinda dos séculos XVIII e XIX, na maior parte dos municípios da "Metade Sul".

Outros autores, trabalhando na esfera municipal, utilizaram a abordagem de Sistemas Agrários, proposta por Mazoyer e Roudart (2001), para analisar o desenvolvimento de locais próximos de Encruzilhada do Sul, caso de Cotrim (2003) e Ferreira (2001), que estudaram, respec-

³ Encruzilhada do Sul situa-se a 30° 32' 25" de latitude Sul e 52° 31' 20" de longitude W. Gr. Com uma altitude média de 420 metros acima do nível do mar, o município está localizado, em relação ao Brasil, na Região Sul; em relação ao Rio Grande do Sul, na região sudeste; em relação à região sudeste, localiza-se à margem direita da Laguna dos Patos, entre as bacias dos rios Camaquã e Jacuí (IBGE, 1958). No período colonial, a região era local de passagem para os que transitavam do Centro da Colônia para o Rio da Prata.

⁴ Sobre o tema, ver Woolcock & Narayan (2000).

tivamente, Canguçu e Camaquã. Ambos buscaram explicar o atual estágio de desenvolvimento, através de um enfoque histórico e sistêmico. Cabe salientar que, no entanto, Canguçu, Camaquã e Encruzilhada do Sul apresentam dinâmicas distintas em sua estrutura socioeconômica, evidência que corrobora a hipótese do PROINTER (PGDR, 2001) sobre a heterogeneidade espacial da Região Sul.

Com isto, o presente artigo tem por objetivo analisar a evolução e a diferenciação das estruturas social e agrária, fazendo uma reflexão sobre a influência do Sistema Agrário de Sesmarias/Estâncias no posterior desenvolvimento de Encruzilhada do Sul. Este estudo visa compreender as atuais características físicas e socioeconômicas deste município e, conseqüentemente, de parte da região onde está inserido, a serra do sudeste do Rio Grande do Sul.

2. Metodologia

No enfoque gradualista das mudanças sociais, North (1990) enfatiza que a explicação das causas para o desenvolvimento possui um caráter histórico e evolutivo. Há, ao longo do tempo e segundo o autor, escolhas políticas e econômicas que oferecem alternativas reais, ligadas ao processo de decisões, para o futuro de uma sociedade. No entanto, uma vez escolhido o caminho de desenvolvimento *the network externalities, the learning process of organizations, and the historically derived subjective modeling of the issues reinforce the course* (1990:99).

A análise da formação histórica do espaço geográfico aqui descrita baseia-se na teoria dos sistemas agrários⁵. Esta teoria, proposta por Mazoyer & Roudart (2001), é concebida como o instrumento que permite a apreensão da complexidade e a percepção das transformações históricas e da diversidade geográfica das agriculturas humanas nos mais diversos espaços globais. Analisar e conceber a agricultura praticada num momento e num espaço determinados consiste em decompô-la em dois subsistemas principais, o "ecossistema cultivado" e o "ecossistema social produtivo", além de estudar a organização e o funcionamento de cada um destes e suas inter-relações (MAZOYER & ROUDART, 2001).

⁵ "Um sistema agrário é, antes de tudo, um modo de exploração do meio historicamente constituído, um sistema de forças de produção, um sistema técnico adaptado às condições bioclimáticas de um espaço determinado, que responde às condições e às necessidades sociais do momento" (MAZOYER, 1987, *apud* INCRA/FAO, 1999:21).

Na aproximação com a área de estudo, foi realizado um levantamento de documentos históricos, estatísticos e cartográficos do município e do Estado, resgatando informações referentes à organização e à composição social, formas de produção e manejo agrícola e limites do espaço geográfico, todos estes inseridos num eixo temporal. As informações obtidas foram levantadas através de entrevistas com lideranças locais e de documentos resgatados nas seguintes entidades: Associação Rio-Grandense de Empreendimentos e Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, Museu Histórico Municipal de Encruzilhada do Sul, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

3. A evolução da estrutura socioeconômica de acordo com os sistemas agrários

Encruzilhada do Sul foi palco de diversos momentos da trajetória histórica da ocupação européia no Rio Grande do Sul. São fatos que influíram e marcaram o ambiente local, na evolução e na diferenciação dos sistemas agrários, e determinaram a história econômica e social do município. As características de cada sistema agrário estão sintetizadas no quadro das páginas seguintes.

A partir dessa síntese, constatando as formas de exploração do ambiente e a organização produtiva local ao longo da história, são colocadas a seguir algumas considerações relevantes, em termos de composição socioeconômica, em cada período, salientando que a análise deste trabalho se dá a partir do período do Sistema Agrário de Sesmarias/Estâncias. Portanto, as dinâmicas do Sistema Agrário Indígena e do Sistema Agrário Jesuítico são ignoradas, até porque seus traços são pouco perceptíveis atualmente.

3.1. Caracterização do Período do Sistema Agrário de Sesmarias/Estâncias (1756 a 1900)

Após o Tratado de Madri de 1750, que, entre suas cláusulas, concedia aos portugueses a antiga estância jesuítica de São Lourenço⁶, um

⁶ Toda a área do atual município de Encruzilhada do Sul pertencia, na época, à Estância Jesuítica São Lourenço.

Quadro 1. Evolução e diferenciação dos sistemas agrários de Encruzilhada do Sul/RS

Sistemas Agrários Caracterização	Sistema Agrário Índigena Até 1640	Sistema Agrário Jesuítico De 1640 até 1756	Sistema Agrário de Sesmarias/ Estâncias De 1756 até 1900
Exploração do ecossistema natural e do ecossistema cultivado:	Coleta, agricultura e pesca artesanal.	Campo (Serra e Planície): Pecuária extensiva. Mata: coleta e agricultura.	Campos (Serra): agricultura e captura de gado. Mata: extração. Planície e Encosta: pecuária extensiva.
Meios de produção: plantas, culturas, instrumentos, equipamentos, força de trabalho:	Milho, mandioca. Ferramentas manuais. Mão-de-obra familiar.	Milho, mandioca, bovinos e coleta de erva-mate. Ferramentas manuais. Mão-de-obra familiar.	Erva-mate, bovinos, madeira e trigo. Equipamentos de tração animal e manuais. Mão-de-obra familiar e escrava.
Modo de artificialização do meio:	Agricultura de queimadas (<i>coivaras</i>).	Agricultura de queimadas (<i>coivaras</i>). Pastejo de animais.	Agricultura de queimada e pousio. Pastejo de animais.
Divisão social do trabalho:	Tribos. Homens e mulheres.	Estâncias.	Proprietário (família), escravos e homens livres.
Relações de troca:	Autoconsumo.	Autoconsumo. Eçamento com outras estâncias e povoados.	Comercialização de gado, trigo e erva-mate. Autoconsumo.
Excedente agrícola:		Destinado aos Sete Povos.	Gado e trigo via rio Camaquã e Laguna dos Patos. Erva-mate via terrestre pela Serra.
Transição para o Sistema Agrário seguinte:	Abandono das Reduções. Formação das Estâncias Jesuíticas.	Guerra Guaranítica. Concessão das Sesmarias.	Fim da indústria do charque. Abolição da escravatura. Cercamento das terras.

(Continua)

Quadro 1. Continuação

Sistemas Agrários Caracterização	Sistema Agrário Pré-moderno De 1900 até 1950	Sistema Agrário Contemporâneo A partir de 1950
Exploração do ecossistema natural e do ecossistema cultivado:	Campos (Serra): culturas de trigo, milho, feijão, entre outras de subsistência; pecuária tradicional. Mata: milho e feijão. Planície e Encosta: pecuária empresarial e cultura do arroz.	Campos (Serra): culturas do trigo, milho, soja, feijão, pecuária tradicional. Mata: extração vegetal e silvicultura. Planície e Encosta: pecuária empresarial, arroz irrigado.
Meios de produção: plantas, culturas, instrumentos, equipamentos, força de trabalho:	Trigo, milho, feijão, batata, fruticultura, mandioca, cana-de-açúcar; bovinos, ovinos; fumo. Serra: tração animal, mão-de-obra familiar. Mata: ferramentas manuais, mão-de-obra familiar. Planície: equipamentos de tração animal e manual; mão-de-obra contratada.	Trigo, milho, feijão, soja, fumo; bovinos, ovinos, suínos; madeira. Serra: tração animal e motomecânica, mão-de-obra familiar. Mata: ferramentas manuais, mão-de-obra familiar. Planície: tração motomecânica; mão-de-obra contratada.
Modo de artificialização do meio:	Agricultura de queimada e pousio. Pastejo de animais.	Agricultura de pousio. Utilização de fertilizantes e agrotóxicos. Pastejo de animais. Cultivo de pastagens.
Divisão social do trabalho:	Proprietário (família) e trabalhadores contratados.	Proprietário (família) e trabalhadores contratados.
Relações de troca:	Comercialização de carne, lã, trigo, feijão, arroz e fumo.	Comercialização de animais e derivados, milho, arroz, trigo, soja fumo e lenha.
Excedente agrícola:	Gado e arroz via rio Camaquã ou terrestre. Fumo, trigo e lã via terrestre.	Bovinos, ovinos, arroz, trigo, soja, milho e fumo via terrestre, pelo sul ou pelo norte.
Transição para o Sistema Agrário seguinte:	Revolução verde. Investimentos em energia elétrica, silos para forragem e irrigação. Utilização de defensivos agrícolas, adubos e força de tração motomecânica.	<i>(Possivelmente)</i> Falência de propriedades familiares. Assentamentos rurais. Melhoria das estradas. Investimentos em silvicultura, fruticultura e mineração.

Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

exército de portugueses e espanhóis expulsa os indígenas e os jesuítas da região, em 1756, após a chamada Guerra Guaranítica. Em decorrência, os Tapes deixam a região e o objetivo do Tratado é obtido com a tomada das terras.

Com o rebanho bovino deixado pelos indígenas⁷ e com a descoberta de ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, ocorre uma ligação do extremo sul com a economia colonial brasileira, através do transporte de animais de corte e tração, realizado pelos tropeiros, para estas regiões. Os tropeiros enriquecidos passaram a reivindicar terras para se dedicarem à criação de gado e, no cruzamento de interesses entre a criação e o contrabando, foram concedidas terras em Sesmarias, tanto a eles quanto a soldados, por seus méritos e conquistas⁸ (PESAVENTO, 1992).

As estâncias foram-se formando, sem que o panorama de conflitos entre portugueses e espanhóis se amainasse. "Estruturava-se uma sociedade pecuarista e militarizada, orientada pelos valores guerreiros, baseada na violência do mando e no exercício irrestrito da autoridade" (PESAVENTO, 1992:13). Na forma de ocupação das terras por homens "rudes e ambiciosos", é crível para Cardoso (1977) que a "sociedade pastoril" não se constituiu por uma ordem democrática. Houve a transferência para o sul do mesmo sistema de organização do trabalho e de poder, vigente no resto da Colônia: "a grande propriedade mantida e dirigida pela família patriarcal, à base do trabalho escravo, com o concurso dos agregados" (CARDOSO, 1977:95).

A colonização do Sul do Brasil começa a ser pensada pela Coroa Portuguesa com a vinda de casais açorianos, objetivando o uso das terras, a alimentação das tropas e o surgimento de povoados e cidades, consolidando a ocupação do território. Apesar de os açorianos cultivarem em pequena escala um grande número de produtos (ROCHE, 1969), Kliemann (1986) aponta que o objetivo de Portugal, de instaurar núcleos de pequenas e médias propriedades rurais com o patrocínio à imigração, não foi atingido. Os colonos acabaram contribuindo para o fortalecimento do latifúndio, já que muitos enriqueceram com o cultivo do trigo ou foram agraciados com terras, ao mobilizarem-se no

⁷ Após a retirada dos indígenas locais, antes mesmo do período jesuíta, formou-se na região um imenso rebanho vacum, denominado *Vacaria del Mar*.

⁸ As Sesmarias eram glebas de terra com três léguas de comprimento por uma de largura, equivalente a 13.068 hectares (SOUZA, 2001). A concessão delas extingue-se no Brasil, por lei, em 1822 (KLIEMANN, 1986).

conflito contra os "castelhanos", tornando-se estancieiros (PESAVENTO, 1992).

Outro fator que auxiliou o não cumprimento do objetivo, levantado por Rüdiger (1965, *apud* KLIEMANN, 1986), foi o isolamento destes colonos entre as terras já apossadas pela pecuária, que contribuiu para o empobrecimento do solo e para a baixa produtividade, resultando na migração destes para as cidades e na anexação de suas propriedades à dos estancieiros, aumentando a incidência dos grandes latifúndios.

Na área onde hoje se situa o município de Encruzilhada do Sul, o início do assentamento dos primeiros sesmeiros ocorre em 1771, na Encosta do Cerro Partido, no Vale do rio Camaquã e no altiplano, onde atualmente está edificada a cidade. Nos primeiros esforços de colonização do povoado, migraram para os terrenos do sesmeiro Antônio Machado de Bitencourt vários colonizadores, provenientes das ilhas dos Açores, de Laguna, de São Paulo e de Rio Pardo, além de indígenas provenientes das Missões. Quando o regimento dos dragões instala as Guardas de Encruzilhada, empenhadas em rechaçar o invasor espanhol, o povoado começa a surgir no cenário da capitania. Em 1799, o oratório de Santa Bárbara é elevado à condição de capela da curada, que, mais tarde, é declarada filial privilegiada da Igreja do Rosário da Vila de Rio Pardo, constituindo um fator ponderável para o adensamento de um núcleo populacional já em formação (IBGE, 1958).

Apesar da decadência nas minas, ao final do século XVIII, provocar o retraimento da procura de animais de corte e transporte, produtos como o charque e o trigo impulsionaram a economia local. Segundo Pesavento (1984), através destes dois produtos, a economia rio-grandense se mercantilizava com uma produção especializada, que objetivava o mercado interno brasileiro. O fluxo de trocas entre o Continente de São Pedro e os mercados externos resultou em um acúmulo de renda.

Para Cardoso (1977), neste momento, em que crescia a "demanda por braços", em decorrência da expansão dos trigais, a expansão da economia refletiu-se em compra de escravos. Para o autor, o negro supria basicamente o mercado de trabalho nas zonas de povoamento, sendo utilizado em lidas urbanas, agricultura e atividade pastoril. Até o início do século XIX, na preia ao gado, a presença do escravo foi relativamente pouco proveitosa, sendo ele mais utilizado em serviços domésticos do que de peão.

Com o enriquecimento dos senhores de terra, gado e charqueadas, solidificando o prestígio das armas, a Coroa Portuguesa legitimou o poder local destes, distribuindo cargos e tarefas. Estes senhores passa-

ram a ocupar, de forma sistemática, o controle da política local e estadual, além dos negócios. As raízes do poder estão no controle socioeconômico das grandes áreas de terra, onde se instaura um sistema de produção baseado na exploração extensiva de gado e no trabalho quase servil e barato (PESAVENTO, 1992; UNIJUÍ, 2002).

Em 20 de outubro de 1823, a Assembléia Constituinte Nacional estabeleceu a organização dos governos provinciais, com um presidente nomeado pelo Imperador

D. Pedro I. O poder legislativo era representado por um Conselho Administrativo, composto por seis membros eleitos entre os cidadãos da Província, que se reunia uma vez por ano para auxiliar o presidente. Porém, em novembro de 1823, o Imperador, num golpe de estado, dissolve a Assembléia Constituinte, nomeando um Conselho de Estado que outorga uma constituição em 25 de março de 1824 (PESAVENTO, 1984,1992). O poder estava centralizado no presidente da província que, por lealdade e por sintonia com o Imperador, não estabelecia alianças com os poderes locais.

A perda do território uruguaio na Guerra Cisplatina, em 1828, abala a imagem gaúcha de "sentinela da fronteira", perdendo prestígio nas relações com o centro do País e tornando-as instáveis. As regras tarifárias de importação, que encareciam os insumos e barateavam os produtos concorrentes da economia gaúcha, as regras fiscais impostas aos estancieiros e a falta de interesse dos presidentes provinciais em atenderem às demandas locais faziam com que os problemas se avolumassem na Província de São Pedro. A tensão entre o anseio federalista e a política centralizada culminou em inúmeras rebeliões no período regencial, entre elas a chamada Revolução Farroupilha (PESAVENTO, 1984).

Na época de conflitos, a população de Encruzilhada⁹, que tinha fortes laços de amizade, dividia-se em dois lados, entrando em conflito uns com os outros. Na Guerra dos Farrapos, de 1835 a 1845, surgiram problemas de abastecimento, saques e conturbação política. Neste período, o local passa a ser considerado Freguesia, por Lei Provincial assinada no dia 17 de novembro de 1837 e, a partir daí, um movimento emancipatório começa a se organizar. O movimento foi conturbado

⁹ Até sua emancipação, o local era denominado "Santa Bárbara de Encruzilhada", uma homenagem ao destacamento dos dragões das Guardas de Encruzilhada frente aos espanhóis, já que Santa Bárbara é a padroeira dos artilheiros. Em 1943, com a revisão geral da toponímia brasileira, o município de Encruzilhada passa a se chamar Encruzilhada do Sul.

pelas lutas entre tropas legalistas de Joaquim Lacerda e os rebeldes do Coronel Agostinho Mello em 1843, quase ao final da Revolução. Finalmente, no dia 19 de julho de 1849, é declarada a emancipação política de Encruzilhada, sendo o município instalado em 2 de janeiro de 1850.

Em 1845, estabelecida a paz entre Farrapos e Imperialistas, os cidadãos da Província passam a escolher seu próprio presidente. Porém, em 1848, com a fundação do Partido Conservador no Rio Grande do Sul, legitimou-se uma aliança no interior da camada dominante, constituindo uma ação política que permitiu que parte da oligarquia gaúcha se tornasse governo, em troca de apoio ao poder central. As eleições, indiretas, censitárias e a descoberto, não revelavam a real posição do eleitorado, já que permitiam fraudes e manipulações. Mantinha-se, com isto, a estabilidade do regime monárquico e a estrutura social excludente (PESAVENTO, 1992).

Segundo Lessa (1969), a economia do gado, do couro e do charque, negociada em centros de consumo próximos ou entre vizinhos entrepostos, forçou o intercâmbio entre as estâncias. A própria atividade econômica típica aproximou as famílias de mesma categoria social. Esta aproximação, segundo o autor, elevou os padrões "associativos" e festivos na Província. Porém, as minorias populacionais, como a dos negros, sem oportunidade de formar numerosos grupos, não tiveram suas tradições difundidas no campo.

Os filhos de colonos açorianos que perderam suas terras, ficando à mercê de atividades agrícolas em terras devolutas ou nas estâncias de estancieiros com mulheres escravas, de militares com a população civil, de índios sobreviventes e de antigos escravos libertos, que continuaram vinculados à estância, dão origem a uma população de "caboclos": agricultores pobres, que procuram modalidades de sobrevivência em torno dos eixos dominantes do desenvolvimento socioeconômico, sendo sistematicamente excluídos de benefícios (UNIJUÍ, 2002).

O quadro a seguir, com informações providas do Recenseamento realizado no Rio Grande do Sul em 1872, demonstra como era composta a população encruzilhadense, de acordo com a raça e as condições de trabalho.

O município formado pelas Paróquias Santa Bárbara da Encruzilhada e São José do Patrocínio contava, neste ano, com uma população de 8.451 habitantes, sendo 23% escrava e 3% cabocla. A população escrava era constituída por 82% de negros e 18% de pardos, sendo que 52% da população negra e parda não eram livres.

Tabela 1. População de Encruzilha da/RS em 1872, por raça e situação de trabalho

Gênero racial	Situação		Total
	Livres	Escravos	
Branços	4.589	-	4.589
Negros	1.008	1.551	2.559
Pardos	742	346	1.088
Caboclos	215	-	215
Total	6.554	1.897	8.451

Fonte: Recenseamento do Brasil 1872.

Analisando as tendências demográficas para a virada deste século, evidencia-se que a população encruzilhadense entra no século XX com um acelerado crescimento populacional e, juntamente com isto, um problema se agrava: o analfabetismo. A tabela abaixo faz um comparativo entre as populações de 1872, 1890 e 1900.

Tabela 2. Comparação demográfica de Encruzilhada/RS entre os anos de 1872, 1890 e 1900

	Situação				
	1872	1890		1900	
	(1)	(1)	(2)	(1)	(3)
Branços	4.589	7.897	72,1		*
Negros	2.559	2.448	- 4,3		*
Pardos/Mulatos	1.088	2.419	122,3		*
Caboclos	215	209	- 2,8		*
Alfabetizados	1.547	1.939	25,3		*
Analfabetos	6.904	11.034	59,8		*
Total	8.451	12.973	53,5	16.956	30,7

Fonte: Recenseamento do Brasil 1872, 1890 e 1900.

* Dados não disponíveis.

(1) Número de habitantes.

(2) Variação em % entre 1872 e 1890.

(3) Variação em % entre 1890 e 1900.

O número de analfabetos cresceu mais que a própria população em 28 anos, entre 1872 e 1890, reflexo de que, em 1872, apenas 88% dos jovens entre 6 e 15 anos não freqüentavam a escola, além de haver apenas 9 professores em todo o município, sendo um profissional para cada 939 habitantes.

Para Kremer (1969), o nível educacional era reflexo da estrutura das fazendas e dos povoados, que não possuíam mestres para o ensino, muito menos escolas. As crianças,

(...) observando as atividades dos adultos e as imitando em jogos e brinquedos improvisados, auxiliando em pequenas atividades, (...) viviam e cresciam (...) em (um) sistema patriarcal que relembra os primórdios da civilização romana: nas estâncias, em tempo de paz, a chefia das lidas rurais; nos tempos de luta, o comando militar (KREMER, 1969:260-261).

A ausência dos meios regulares de instrução marcou o período, desde o início do povoamento. Os estancieiros que sabiam ler e os padres das primeiras capelas ensinavam aos filhos das principais famílias as noções básicas de leitura e escrita, algumas vezes complementadas por estudos fora da Província.

Em meados do século XIX, em nome do combate à corrupção, a participação política da população nas eleições, representada pelos direitos ao voto e à candidatura, se dava pelos ganhos monetários dos habitantes. A exigência para ser um eleitor primário (eleição de 1º grau) era uma renda líquida anual de 100\$000; para os eleitores propriamente ditos (eleição de 2º grau), a renda era de 200\$000, para deputados gerais, 400\$000, e, para senador, 800\$000. Sob o regime destas regras eleitorais, Encruzilhada, inserido no 1º Distrito Eleitoral do Rio Grande do Sul, acaba por ter, entre as eleições de 1870 e 1876, apenas 27 eleitores, representantes de uma população de quase 9.000 pessoas. Importante salientar que, durante o Império, os eleitores só tinham o papel de escolher a composição da Câmara Municipal de Vereadores, no caso, com sete cadeiras. A Coroa era a responsável por determinar o interventor municipal. Somente a partir da república é que se iniciaram as eleições para prefeito, dando direito ao voto a todos os homens alfabetizados.

Com o fim do tráfico negreiro, em 1850, intensificou-se o tráfico interprovincial de escravos, canalizando o fluxo interno de negros para a região do café. Por consequência, a partir de 1860, revelou-se para a economia gaúcha a "crise de braços", ocorrida justamente no momento em que o Uruguai, que renovara a sua estrutura produtora saladeiril, usando máquina a vapor e outros benefícios, começou a colocar seu produto no mercado brasileiro por um preço inferior ao do charque rio-grandense. A questão gerou a cisão de interesses entre produtores e beneficiadores da matéria-prima, mas, em suma, a maioria dos representantes do povo gaúcho era identificada com os interesses da pecuária como um todo (PESAVENTO, 1984, 1992).

Em 1890, as leis de proteção à pecuária e ao charque e as medidas

que tangiam o contrabando nas fronteiras foram eliminadas pelo governo republicano¹⁰. Os pecuaristas não se opunham ao programa de diversificação econômica, no entanto, reivindicavam atendimento equitativo às suas atividades com aplicação de verbas públicas no atendimento à pecuária e à charqueada (KLIEMANN, 1986). A charqueada passou a ser tratada ora como retrógrada, numa comparação com o Prata, ora como a "sustentação econômica" do Rio Grande (PESAVENTO, 1984). Para Kliemann (1986), a luta política que é travada vai além da questão econômica, tornando-se uma briga intra-oligárquica pela manutenção do poder de uma fração que perdeu a hegemonia¹¹.

Além da abolição da escravatura e da decadência das charqueadas, a divisão das terras, ou por concessão a herdeiros ou por negociação com empresas, a redução drástica do gado bovino, o cercamento das terras para evitar as invasões e a necessidade de ganhos de produção e produtividade determinaram o fim deste Sistema Agrário. No cercamento das propriedades, os estancieiros passaram a demarcar suas terras de forma concreta, fechando o acesso aos não-proprietários, contribuindo para que se alterasse a estrutura social e produtiva das estâncias (FONTOURA, 2000). Segundo este autor, a composição social do Rio Grande do Sul estava ligada à terra e a uma estrutura de patentes militares, que coincidia com a participação no poder de que os estancieiros eram detentores, não abrindo mão de concentrá-lo.

O processo de colonização e formação do município originou uma heterogeneidade espacial, com sistemas produtivos distintos, de dinâmicas diferenciadas de desenvolvimento. Em alguns locais, os descendentes de açorianos e de sesmeiros dedicaram-se à pecuária extensiva e

¹⁰ Com Júlio de Castilhos na presidência do Estado, ao final do século XIX, o programa do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) entra em vigor, com diretrizes nas quais a diversificação da economia, o desenvolvimento dos meios de transporte e a preocupação social implícita no programa de imigrações e a incorporação do proletariado à sociedade têm um papel importante. As modificações e as preocupações com o rural deste novo programa traduzem as novas diretrizes para o desenvolvimento, quebrando determinadas resistências à modernização do estado (KLIEMANN, 1986).

¹¹ No meio disto, os ex-liberais pecuaristas fundam o Partido Federalista Brasileiro (PFB) e, junto com republicanos dissidentes, o Partido Republicano Liberal (PRL), ambos em oposição ao PRR. Os federalistas, conhecidos como Maragatos, iniciam em 1893 a Revolução Federalista, tristemente marcada pelas atrocidades cometidas entre estes e os Pica-paus, defensores de Castilhos, terminada em 1895 (PESAVENTO, 1992).

a uma diversificada produção agrícola, destinada basicamente à subsistência. As regiões de mata, de utilização marginal, foram ocupadas por famílias de caboclos, peões, agregados e por alguns ex-escravos, que não puderam mais permanecer nas estâncias. Na Encosta e na Planície do rio Camaquã, considerada uma região privilegiada ambientalmente, ao sul do município, as terras herdadas dos antigos sesmeiros foram destinadas à bovinocultura de corte, com criação extensiva e, posteriormente, ao cultivo comercial do arroz.

3.2. *O desenvolvimento conseqüente durante o Sistema Agrário Pré-moderno (1900 a 1950) e o Sistema Agrário Contemporâneo (a partir de 1950)*

Após a crise do charque e do cercamento das propriedades, as áreas de mata do município foram aos poucos sendo ocupadas pela população de negros, caboclos, ex-peões e antigos agregados das estâncias, pois se tratava de terras que não eram de interesse imediato dos fazendeiros, mesmo quando faziam parte de suas propriedades. Esta população pode ser distinguida em dois tipos: enquanto trabalhadores nas terras de campo, subordinados à dinâmica das fazendas; enquanto trabalhadores nas regiões de mata, onde se apresentavam ou como agricultores extrativistas, ou como agricultores itinerantes, constantemente empurrados para as frentes de expansão. As características técnicas destes agricultores eram fortemente condicionadas pelas de sua inserção na economia, sendo sua integração ao mercado débil ou quase inexistente. Tal situação restringia a sua capacidade de evolução técnica, produzindo pouco mais do que o estritamente necessário para sobreviver. Quando não-proprietárias da terra ocupada, as famílias eram constantemente deslocadas de suas áreas, na medida em que as terras passassem a ter algum interesse econômico.

Com o declínio do charque, uma solução para conciliar o programa de desenvolvimento do Estado¹² com o interesse pecuarista foi o apoio à idéia de instalarem frigoríficos em algumas cidades gaúchas, principalmente na região sul. Por ocasião da Primeira Guerra, capitais estrangeiros vieram viabilizando este investimento e promovendo a renovação

¹² No início deste período, o poder público sul-rio-grandense esteve ocupado pelo PRR, ficando nesta situação quase todo o período da chamada Primeira República no Brasil. Em 1898, ao assumir o governo no lugar de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros procurou dar continuidade ao programa de seu antecessor, mantendo uma política de desenvolvimento multilateral para o Rio Grande (TARGA, 1998).

tecnológica do rebanho (PESAVENTO, 1984). No entanto, para a maioria dos pecuaristas encruzilhadenses, a introdução de mudanças no sistema de criação não ocorreu. Os altos custos de investimento, a ausência de linhas de crédito, o despreparo dos criadores e a ausência de assistência técnica tornaram-se entraves para o desenvolvimento da pecuária. Segundo Fontoura (2000), evidencia-se neste processo uma diferenciação dos criadores, ocorrendo a separação entre "pecuaristas tradicionais" e "pecuaristas empresariais"¹³.

Os poucos "pecuaristas empresariais" que se formaram em Encruzilhada localizavam-se em regiões privilegiadas, na Planície do rio Camaquã, ao sul, e ao norte, próximo a Cachoeira, que possuía condições favoráveis para o escoamento da produção. Nas demais áreas, o predomínio foi de "pecuaristas tradicionais", que conservavam praticamente inalterados os seus sistemas de produção, baseados na criação extensiva de gado. Em função da baixa escala de produção que obtinham, passaram por um processo gradual de descapitalização.

A divisão das terras, em decorrência de questões econômicas que levaram à venda ou ao arrendamento de parte das propriedades e da divisão das terras por herdeiros, também surgiu como um fator de estagnação na escala de produção, pela própria redução das áreas produtivas. Neste processo, parte dos "pecuaristas tradicionais" formou um tipo particular de agricultor denominado de "pecuarista familiar"¹⁴.

A pecuária, que se desenvolvia com a conjuntura favorável, com o final da primeira guerra, em 1919, entrou em uma nova crise, motivada pela retração do mercado, diminuindo os abates de gado nos frigoríficos e nas charqueadas, pela cobrança, pelos bancos, de empréstimos feitos a pecuaristas e pela economia paulista que, em processo de diversificação, passou a competir com os produtos gaúchos no mercado interno (PESAVENTO, 1984; COTRIM, 2003). Esta crise provocou, até a

¹³ "A pecuária tradicional (ciclo longo) e a pecuária empresarial (ciclo curto) estão, assim, divididas pela diferença nos tempos de produção e na racionalidade dos negócios, cujas variáveis são: manejo, genética, alimentação e sanidade" (FONTOURA, 2000:91).

¹⁴ Cotrim (2003) define "pecuarista familiar" como aquele caracterizado pela propriedade relativamente reduzida, com até 300 hectares, desenvolvendo a criação extensiva de animais e o cultivo agrícola de subsistência. Este tipo, ao contrário do empresarial, não está inserido em grandes mercados, já que não consegue produzir em escala comercial, tratando o gado, por exemplo, como uma "poupança" de eventual venda, quando necessita complementar sua renda.

metade do século, transformações distintas no sistema de produção dos dois tipos de pecuaristas presentes no município. Os "pecuaristas tradicionais" deixaram a exclusividade da bovinocultura, pela ovinocultura e pelo plantio de grãos. Os "pecuaristas empresariais", que, em 1940, ocupavam 62% da área agrícola do município, diversificaram suas atividades, expandindo a cultura do arroz¹³ e, assim como os tradicionais, aumentando o rebanho de ovinos. Na tabela abaixo, com dados somente de 1940 e 1950, observam-se os reflexos destas mudanças.

Tabela 3. Estabelecimentos e área ocupada por atividade agrícola em Encruzilhada do Sul/RS de 1940 e 1950

	1940		1950	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
AGRICULTURA	217	*	1.628	65.683
Pequena escala	216	*	1.351	34.535
Grande escala	1		277	31.148
AGROPECUÁRIA	2.569	137.120	1.229	148.253
Pequena escala	2.569	137.120	1.155	86.904
Grande escala	-	-	74	61.344
PECUÁRIA	395	259.698	378	175.628
Pequena escala	70	9.992	82	9.508
Grande escala	325	249.706	296	166.120
Invernadas e campos de engorda		-	11	1.232
Total	3.195	402.502	3.307	393.958

Fonte: Recenseamento do Brasil 1940, 1950.

* Dado não disponível.

Os produtores de grande escala deixaram gradativamente a exclusividade da criação de animais para diversificarem suas atividades com a plantação de lavouras, ou então migraram totalmente para esta. Já os pequenos produtores, que dispunham de terras propícias ao plantio de grãos, abandonaram seu rebanho para se dedicarem somente à agricultura.

Esta transição de atividade causou uma inversão na forma de emprego da mão-de-obra nos estabelecimentos. Enquanto em 1940 o percentual de empregados temporários sobre o total era de 5%, com 16% de permanentes e 79% de familiares, em 1950 o número de empregos

¹³ Com o apoio do governo, foram implementadas as primeiras lavouras de arroz, adequadas ao solo e à disponibilidade de água que havia na Planície aluvial em Encruzilhada.

temporários aumentou relativamente cinco vezes, chegando a 25% do total, ao mesmo tempo que os permanentes se reduziram a 4% do total; ou seja, a atividade nas lavouras passou a exigir menos dos que trabalhavam em período integral durante o ano, crescendo o número de empregos sazonais.

A partir da década de 1950, segundo Roche (1969), as transformações agrícolas ocorridas no Rio Grande do Sul tornam-se um problema complexo, justo no momento em que as estruturas tradicionais são ameaçadas pelas mudanças técnicas, econômicas e sociais: "A grande propriedade sofre da conservação de processos extensivos de criação ou duma mecanização apressada (...), e sofre ao mesmo tempo do êxodo rural, resultante de sua estrutura, (...) na hora exata em que se apre- goa a reforma agrária" (1969:173).

Presente na pauta política até 1964, a reforma agrária é retirada das discussões durante o regime militar, implementado no Brasil até os anos de 1980. Justamente a partir da década de 1960 é que o processo de desconcentração fundiária, ocorrido até então no município, cessa, apesar de também desaparecerem os estabelecimentos com mais de 5.000 hectares. A evolução do índice de Gini¹⁶ para a estrutura fundiária é colocada na tabela a seguir.

Tabela 4. Evolução do índice de Gini para concentração fundiária em Encruzilhada do Sul/RS entre 1920 e 1996

	Ano								
	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996
GINI	0,76	0,74	0,71	0,68	0,71	0,72	0,74	0,74	0,71

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980; Censo Agropecuário 1975, 1985, 1996.

Através desta informação, é possível separar em três o período analisado, antes dos anos sessenta, entre os anos sessenta e oitenta, e após os anos oitenta. No primeiro momento, a concentração evidenciada é fruto do arrendamento de áreas agrícolas para a expansão das lavouras e da crescente proporção de terras ocupadas por estabelecimentos sob

¹⁶ O índice de Gini mede a concentração de determinado bem ou renda entre uma população, com valores entre 0 e 1, crescendo estes do menos concentrado para o mais concentrado, ou seja, quanto mais igualitária é uma distribuição, mais esta se aproxima do valor zero. Neste caso, o índice foi estimado através dos estratos de área dos estabelecimentos agropecuários (HOFFMANN, 1998).

condição de propriedade associativa. Entre 1960 e 1980, constata-se uma significativa concentração, decorrência do crescimento e da quantidade das lavouras de monoculturas temporárias e, principalmente, da retomada da pecuária bovina de corte, conseqüências do atrativo econômico em que estas atividades se tornaram nesta época. A partir de 1980, com a crise no setor primário, este processo se estabiliza, iniciando uma tendência inversa ao seu final, sendo que, em 1996, o abandono de terras e a formação de assentamentos rurais se refletem sobre os dados do Censo Agropecuário.

Para Trindade e Noll (1991), o eixo dinâmico da economia gaúcha passa, a partir da República, da "Metade Sul" para a "Metade Norte" do Estado, concentrando nesta área o essencial do crescimento populacional e econômico, com o desenvolvimento da indústria, das fontes de energia e da agricultura moderna de exportação. Para os autores, este processo de expansão populacional e econômica, consagrado a partir dos meados do século XX, tem ainda implicações sobre a distribuição espacial das preferências eleitorais no Estado.

Na política, apesar da ascensão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), estabelecendo o padrão eleitoral gaúcho no período 1.945/64, em Encruzilhada do Sul, os partidos da Frente Democrática, considerados conservadores-liberais e constituídos por uma base ruralista, são quase que hegemônicos localmente¹⁷. A grande força política municipal, ao longo de sua história, está do lado dos conservadores liberais, liderados pelos fazendeiros. Desde a década de 1960, foram 23 anos em que o município foi administrado por um mesmo segmento político. Vários fazendeiros foram prefeitos, sendo todos produtores rurais em grande escala. Havia uma espécie de ciclo de liderança: o prefeito municipal, na gestão seguinte, tornava-se presidente do Sindicato Rural, sendo, posteriormente, presidente de uma cooperativa e, em seguida, patrão do Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Este ciclo aumentava a força entre o eleitorado, conquistando mais votos, na medida em que comandavam as principais entidades encruzilhadenses.

¹⁷ Considerando que a porcentagem de participação política neste período ficava em torno de 30%, não há como saber o real posicionamento político local. Sabe-se somente que apenas uma minoria da população em idade adulta exercia o direito de voto. Mesmo após o golpe militar de 1964, quando os partidos foram dissolvidos, surgindo apenas duas agremiações (ARENA e MDB), novamente o eleitorado encruzilhadense posiciona-se do lado conservador, e a ARENA acaba levando a maioria local em três dos quatro pleitos.

No caso do CTG, para Golin (1983) estes centros articulam-se através de uma ideologia necessariamente unificadora, onde exploradores e explorados defendem os mesmos princípios na compreensão do mundo em que vivem. Para a população encruzilhadense, um importante fator de integração da maioria das comunidades é formado justamente por estas entidades, envolvendo pessoas de diversos grupos e classes sociais num mesmo propósito.

Apesar de ser vetado aos CTGs exercerem qualquer atividade político-partidária, segundo a Carta de Princípios do Movimento Tradicionalista, de 1961, o tradicionalismo, como ideologia, tem por objetivo auxiliar o Estado na solução dos seus problemas fundamentais e na conquista do bem coletivo, salientando-se que, ao negar a luta de classes em prol do bem coletivo, o movimento busca acomodar satisfatoriamente cada um no seu lugar, gerando um equilíbrio hegemônico (GOLIN, 1983)¹⁸. Temendo a desagregação e o esfacelamento das nobres tradições, Saraiva, em seu "Manual do tradicionalista" (1968, *apud* GOLIN, 1983), comenta a necessidade de manter regimes que produzam homens "analfabetos e subdesenvolvidos". Para o autor, os valores da "elite", que detém o controle do aparelho do Estado, devem ser as diretrizes que o povo seguirá.

"Um príncipe sábio, amando os homens como lhes agrada e sendo por eles temido como deseja, deve apoiar-se naquilo que é seu e não no que é dos outros; deve apenas empenhar-se em fugir ao ódio" (Maquiavel, 1976:98). O que ocorria em Encruzilhada do Sul era um caso de clientelismo, ou até paternalismo, muito atrelado ao poder, que os líderes políticos exerciam sobre as principais entidades locais, não havendo nem preocupação para com o poder da oposição. Como Maquiavel aponta: "um príncipe deve dar pouca importância às conspirações se o povo lhe é benévolo" (1976:107).

Atualmente, após assumir a Prefeitura Municipal por duas gestões seguidas, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), em aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido de Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), forma a coligação partidária mais forte em termos locais, pelo próprio efeito da urbanização da população e da crise na agropecuária, porém a ala conservadora manteve um eleitora-

¹⁸ Monasterio (2003) reforça a tese de Golin (1983), ao evidenciar empiricamente uma relação negativa das densidades de CTGs entre os indicadores de capital social, em locais onde a distribuição de terras é concentrada.

do fiel, com simpatizantes da antiga ARENA e do atual Partido Progressista (PP).

O processo fundiário da distribuição das terras, que em muito pautou a política local, é acompanhado por outras dinâmicas na posse dos estabelecimentos. Ao longo do último quinquênio, assim como diminui a proporção de terras sob a responsabilidade de arrendatários, parceiros ou ocupantes, retornando esta ao proprietário em si, os estabelecimentos considerados públicos ou coletivos¹⁹ perdem parte de sua área, repassando-a à posse individual ou de empresas de sociedade anônima (S/As), reforçando a idéia de concentração social dos recursos.

Neste aspecto, as experiências cooperativas no setor agropecuário são descritas como "trágicas", com insucesso em muitos casos, ao longo da história encruzilhadense²⁰. As iniciativas locais passaram por muitas situações difíceis, deixando elevadas dívidas para com os produtores cooperativados. Karl Kautsky (1986 [1899]) já questionava, jamais negando a importância do cooperativismo, se a vantagem do grande estabelecimento cooperativo se estendia igualmente ao pequeno agricultor. O autor coloca que a tutela burocrática e a opressão, de regime patriarcal, eliminam por completo qualquer hábito que caracteriza uma democracia cooperativista. Tanto a ignorância do lavrador quanto a ausência da liberdade política, decorrente de sua posição, contribuem de forma decisiva para a limitação do grau de bem-estar do mesmo.

Apesar de, em certos momentos, as cooperativas locais terem sido muito importantes para os seus associados, já que estes tinham uma série de benefícios no aspecto de venda e comercialização de produtos, depois de eleitas as diretorias, muitos pequenos produtores ficavam de fora dos processos decisivos. A direção destas iniciativas locais sempre foi dos fazendeiros e, automaticamente, alguns agricultores ficavam excluídos, ou pelo menos tinham este sentimento. Quando tais líderes começavam a ter dificuldade em suas produções individuais, endividando-se, ocorria o fim da atividade cooperativa. Muitos políticos locais souberam aproveitar-se dos bons momentos das cooperativas, ao mesmo tempo em que a maioria dos associados não acompanhou de perto o que os administradores estavam fazendo.

¹⁹ Considerou-se estabelecimento de propriedade pública ou coletiva aquele sob a posse de condomínios, cooperativas, instituições religiosas e do Estado.

²⁰ Em 1970, um terço dos produtores eram cooperativados, já em 1996 esta proporção cai para um quinto.

Dos fatos conjunturais que influenciaram o controle social dos recursos, a pecuária bovina de corte aumentou a sua produção, concentrando os maiores rendimentos numa minoria de criadores. Apenas um quinto destes cultivavam parte de suas pastagens e a inseminação artificial é uma técnica utilizada por menos de 2% dos pecuaristas. Para os "pecuaristas empresariais", em alguns casos, a criação de bovinos desempenhou ainda uma importante função econômica, disponibilizando recursos para a implantação de outras atividades produtivas ao longo do tempo, em momentos que oportunidades concretas de novos negócios surgiram tanto no setor primário quanto nos demais.

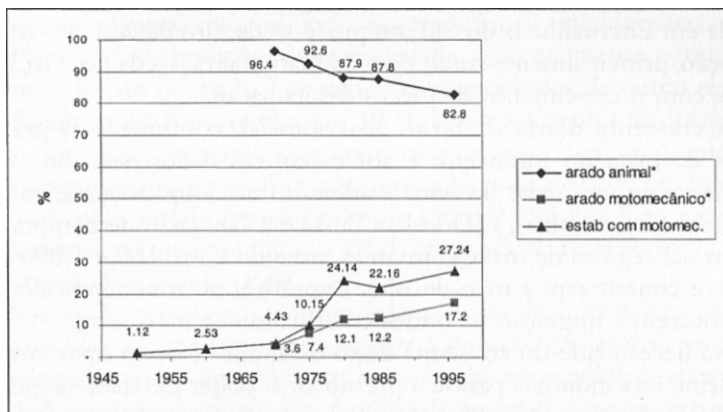
Para as lavouras como um todo, ficam evidentes os ganhos em rendimento durante os últimos cinquenta anos, conseqüência da mudança no padrão técnico da agricultura, ocorrida em duas frentes inovadoras: inovação mecânica, com a motomecanização das lavouras, facilitando a sua expansão individual; e inovação biológica, com aumento da utilização de adubos e defensivos e melhoramento genético dos grãos. No entanto, obrigando o produtor a obter lucros rápidos e imediatos, a monocultura acabou gerando uma inversão de valores e ele passou a se importar mais com as variedades novas de sementes, corretivos e fertilizantes, deixando o cuidado com o solo em segundo plano. Os pequenos agricultores, que antigamente carroceavam e vendiam seus diversos produtos, como feijão, batata e mandioca, passaram a atender aos compromissos da monocultura, não havendo mais uma alternativa para frustrações de safra ou de preços.

O crédito público destinado a investimentos em maquinário era exclusividade de poucos produtores. Com isto, a introdução de lavouras motomecanizadas fica longe de ser generalizada no município, sendo que muitos agricultores ainda utilizam unicamente a tração animal. As informações apresentadas no gráfico seguinte mostram que muito do processo de mecanização local foi concentrado em poucos estabelecimentos.

Apesar do aumento proporcional de produtores com uso de tração motomecânica, até 1.996 menos de 30% deles dispunham destas condições. As precárias condições de transporte, com ausência de estradas de boa qualidade no interior do município, o crescente empobrecimento do solo, decorrência da falta de práticas conservacionistas, e os rendimentos insatisfatórios, apesar de crescentes, fazem com que os produtores se insiram de forma precária em mercados de emersão temporária. A dedicação exclusiva a poucas atividades, sem diversificação de renda no curto prazo, e a instabilidade na sua prática, alterando-as no

longo prazo sem haver uma especialização, têm por conseqüência a descapitalização e o empobrecimento da maioria dos agricultores em pequena escala. Eles caíram no que a Fundação da Produtividade (1984) chamou de "armadilha do progresso", sendo obrigados a abandonar suas terras.

Gráfico 1. Quantidade relativa de arados de tração motomecânica e de tração animal, e proporção de estabelecimentos com uso de tração motomecânica em Encruzilhada do Sul/RS de 1950 a 1996



Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980; Censo Agropecuário 1975, 1985, 1996.

* Informações só disponíveis a partir de 1970.

A "pecuária familiar" municipal, ao longo do século, é caracterizada por quatro atividades de subsistência e de atendimento ao comércio local: as criações de suínos, aves, ovinos e bovinos, que, além da carne, englobavam a produção de derivados, como o leite bovino. A partir da década de 1990, com a entrada das multinacionais no "comando" do agronegócio nacional, a demanda local para estes produtos passa a ser atendida por elas. As indústrias de laticínio e frigorífica começam a exigir dos pecuaristas regras rígidas de produção, não adaptáveis aos criadores encruzilhadenses. No caso da lã ovina, a crise surge da expansão do mercado de malhas sintéticas, reduzindo a demanda deste produto e o preço pago ao produtor. A conseqüência local foi reduzir os rebanhos, fonte de sustento para muitos pecuaristas familiares, fazendo com que vários deles abandonem seus estabelecimentos por não conseguirem uma renda mínima adequada ao sustento de sua família.

No sistema de produção patronal, o número de empregados, principalmente temporários, reduz-se ano a ano, conseqüência da própria motomecanização das lavouras e da retomada da pecuária, exigindo menos mão-de-obra. Com as crises ocorridas na agricultura familiar, não houve mais onde se empregar a força de trabalho, obrigando trabalhadores a migrarem para a cidade ou para outras regiões. A população rural de Encruzilhada do Sul, que era 89% do total, em 1950, reduziu-se para 78% em 1970, 52% em 1991, e 38% em 2000. De 1950 a 2000, o meio rural perde 75% do seu contingente populacional. Verifica-se ainda em Encruzilhada do Sul um processo de envelhecimento da população, principalmente rural, além da marginalização da população da sede, com o crescimento de jovens desocupados.

A crescente oferta de terras abandonadas, combinada às grandes áreas de mata no município e aos incentivos dados pelas lideranças locais, atraiu indústrias do setor madeireiro nos anos noventa, como a Forjasul (Tramontina), a Riocell, a Tanac e a Tanagro, que compram as terras das regiões de mata, com áreas variando entre 100 e 1.000 hectares, e contrataram a mão-de-obra disponível no município, além de provocarem a migração de outros trabalhadores para o local.

Na necessidade do constante fluxo de caminhões, no transporte de madeira, esta indústria passou a pressionar o poder público, exigindo a melhoria das vias no interior do município. Esta pressão culminou no asfaltamento da BR-471, que atravessa o município de norte a sul. A melhoria nas condições de transporte, além de beneficiar o transporte de madeiras, também incentivou o crescimento de novas e ressurgidas atividades agrícolas, que seguem um esquema semelhante às madeireiras, ou seja, empresas a montante que compram terras disponíveis, contratam mão-de-obra, local ou externa, e implementam práticas intensivas de cultivo. Neste processo, a fruticultura começa a tomar destaque no município, com o cultivo de maçã, melancia, pêssego e, mais recentemente, uva.

Com a mudança recente na economia local, além dos antigos habitantes que retornam, há muitas pessoas atraídas pelas novas oportunidades de emprego e negócio. Porém, isto tem acarretado um aumento substancial do contingente de pessoas desocupadas na periferia da cidade. A sazonalidade das plantações e os ciclos produtivos nas matas, ao mesmo tempo em que atraem, dispensam muitos trabalhadores, não havendo na sede municipal oportunidades suficientes de emprego.

Ocorrido a partir dos anos noventa, um outro fator de mudança, já mencionado, foi a instalação de assentamentos rurais no município. As

negociações tiveram início em 1987, por iniciativa do próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Porém foi um processo lento, árduo e com muitas brigas, envolvendo, de um lado, este mesmo sindicato, juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e, do outro, o resto da sociedade encruzilhadense, incluindo a Prefeitura Municipal, o Sindicato Rural (patronal), além de diversas associações.

Para a maioria da população, a formação de assentamentos, principalmente em terras antes utilizadas por tradicionais fazendas, seria como um "quebra" nas tradições desta sociedade, principalmente porque estas áreas seriam ocupadas por agricultores provindos de outras regiões do Estado e do País. Apenas em 1994, sete anos depois do início das negociações, foi instalado o primeiro assentamento rural no município. Atualmente, com menos restrições, encontram-se no local seis assentamentos rurais instalados, somando um total de 244 famílias e ocupando um espaço correspondente a 2% da área agrícola total do município, em torno de 6.000 hectares.

Apesar de tumultuada em seu início, a constituição destes assentamentos não se restringiu simplesmente à alocação de famílias em terras desocupadas. Hoje em dia, com o apoio do setor público, através de crédito e assistência técnica, as famílias de assentados representam uma recuperação do sistema de produção familiar municipal, estimulando ainda o movimento do comércio local.

Tabela 5. IDH de Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul e Brasil de 1970 a 2000

Esfera geográfica	IDH				
	1970*	1980*	1991*	1991**	2000**
Encruzilhada do Sul	0,406	0,629	0,646	0,677	0,760
Rio Grande do Sul	0,631	0,808	0,845	0,753	0,814
Brasil	0,462	0,685	0,742	0,696	0,766

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000.

Calculado pelo método utilizado no Atlas 1991.

Calculado pelo método utilizado no Atlas 2000.

Referente à qualidade de vida da população, segundo dados do ano de 2000, Encruzilhada do Sul apresentou um IDH-M de 0,76, valor considerado pelo PNUD (2003) como dentro de um padrão de desenvolvimento médio, apesar de grande parte dos municípios gaúchos (175 de 467) já apresentar valores considerados de elevado desenvolvi-

mento. O município não chega a ser um dos menos desenvolvidos do Rio Grande do Sul ou do Brasil, porém, comparando seu índice com os valores globais nestas duas esferas, constata-se uma inferioridade.

O IDH-M de Encruzilhada do Sul sempre esteve abaixo das médias gaúcha e nacional; comparado a outros municípios, situava-se próximo ao decil (10%) menos desenvolvido do estado em 1970; de 232 municípios, o IDH-M de Encruzilhada era o 206º. Já em 2000, o município, mais bem posicionado, colocou-se pouco acima do quartil (25%) inferior do *ranking* gaúcho do IDH-M²¹. Apesar de aparente melhora da situação em relação a outros locais, esta ainda é muito precária, ou seja, o local continua sendo um dos menos desenvolvidos do Rio Grande do Sul.

Para melhor compreensão destes valores, necessita-se decompor o IDH, analisando suas dimensões. Neste aspecto, a longevidade em Encruzilhada não se situa, relativamente, como um grave problema. Atualmente, a expectativa de vida municipal está em torno de 72 anos, assim como a média gaúcha, enquanto a média brasileira é de 69 anos²². A educação, pelo contrário, apresenta-se evidentemente como um problema.

Enquanto o Rio Grande do Sul como um todo já apresentava um padrão elevado de educação na década de 1980, com um índice maior que 0,8, o município só veio a atingir este padrão próximo ao ano 2000. De 1970 a 1980, enquanto o Rio Grande do Sul reduziu em 29% o seu *déficit* de IDH²³, a redução local foi de 26%. Na década de noventa, período em que as políticas públicas na área de educação foram destaque, a redução do *déficit* municipal, apesar de elevada, foi novamente inferior à média brasileira e gaúcha²⁴.

²¹ Cabe salientar que o posicionamento, ou ordenamento, dos municípios por um *ranking* de IDH-M pouco é modificado pelas diferentes naturezas do cálculo.

²² Referente à mortalidade infantil, na década de 1970, a de crianças com até um ano de vida reduziu-se de 55 para 28 por mil nascidos vivos; em 1991, este valor chegou a 27 por mil; e, na década de noventa, o número cai significativamente, chegando a 17 por mil em 2000.

²³ O *déficit* de IDH é mensurado pela diferença entre o índice calculado (com valores entre 0 e 1) e seu valor máximo (1) (PNUD, 1996).

²⁴ A ausência de esforços para o setor de educação é evidente na década de 1970. Neste período, constata-se que a proporção de crianças entre 7 e 14 anos que não freqüentam a escola passa de 28,5% em 1970, para 37,9% em 1980, ou seja, ocorre claramente a evasão escolar, resultando numa massa de analfabetos correspondente a 27% da população adulta acima de 15 anos em 1980 e 21% em 1991.

A dimensão da renda, por seu próprio critério de cálculo e pela origem de seu indicador — o PIB *per capita* — apresentou os mais voláteis indicadores. Enquanto, na década de setenta, as variações são positivamente elevadas, nos anos oitenta verifica-se o oposto. No entanto, o ritmo local dos anos de 1970 foi menor que as médias comparadas, ao passo que, nos anos oitenta, a crise abalou fortemente a economia. Esta situação só mostrou uma leve reversão nos anos noventa.

Em relação à "forma" de variação da renda, de 1970 a 1991, a desigualdade, representada pelo índice L de Theil²⁵, aumentou de 0,51 para 0,67; nos anos noventa, houve uma significativa desconcentração de renda, o índice passou para 0,56 em 2000. Da mesma forma, o Rio Grande do Sul como um todo aumentou seu índice de 0,57 para 0,64, entre 1970 e 1991, ou seja, concentrou relativamente menos renda. Em 2000, o índice gaúcho caiu somente para 0,62. Na análise dos últimos trinta anos, constata-se que o desenvolvimento humano em Encruzilhada do Sul passa a variar significativamente a partir dos anos noventa, quando as dimensões se ampliam uniformemente, sustentadas pela desconcentração de renda, além do aumento de crianças nas escolas e da redução da mortalidade infantil.

Atualmente, as mudanças ocorridas no município colocaram o sindicalismo dos trabalhadores como o principal expoente de organização social no local, integrando os mais diversos agricultores de diferentes localidades em torno de uma idéia única. Os produtores começaram a ver nesta ação uma forma de expandir suas capacitações, através da facilidade em captar recursos públicos, produzir cooperativamente e aumentar o empoderamento político. O fortalecimento deste movimento diz respeito a um processo de elaboração da própria identidade coletiva, do aprendizado da organização e da participação social, bem como da transformação das necessidades em interesses, na forma de projetos e bandeiras.

O fato é que Encruzilhada do Sul, segundo as próprias lideranças entrevistadas, não se caracteriza por uma "comunidade cívica"²⁶. No entanto, a renovação por parte da população trouxe consigo a mudança de alguns paradigmas e a expansão das capacitações para a maioria do contingente populacional. Saber se as características socioculturais en-

²⁵ Sobre o método de cálculo do Índice, ver Hoffmann (1998).

²⁶ Para Putnam *et al.* (2000), consideram-se "comunidade cívica" os padrões de participação cívica e solidariedade social, pautando-se na igualdade política, na confiança (além de solidariedade e tolerância) e nas associações (cooperação).

raizadas territorialmente sobrepujarão, ou não, as mudanças será algo para se verificar em longo prazo, assim como as reais conseqüências dos novos sistemas produtivos, que pouco alteram as históricas relações de trabalho.

4. Considerações finais

As características de uma comunidade não surgem em um vazio social, mas originam-se em um território historicamente estruturado. Nas primeiras tentativas de colonização do local onde hoje se situa o município de Encruzilhada do Sul, caracterizava-se um palco de disputa entre portugueses e espanhóis. A região, situada no caminho entre o centro da Colônia e a região do Prata, ocupava uma posição estratégica no tráfego de mercadorias. A conseqüência de freqüentes batalhas pela disputa do espaço foi a formação de uma sociedade pecuarista e militarizada, baseada nos valores guerreiros e no uso irrestrito da autoridade. Com o consentimento da Coroa para ocupar o poder político local, os estancieiros firmaram a formação de posições assimétricas na estrutura social de dominação e subordinação.

No período das sesmarias/estâncias, empregados, agregados e escravos, vivendo de forma dispersa, são impossibilitados de formar numerosos grupos e de se organizar, não tendo ainda o direito de voto nas eleições para o poder local. A situação destes grupos é prejudicada com o cercamento das propriedades e as mudanças nas relações de trabalho no campo, ao final do século XIX, obrigando muitas famílias a ocuparem áreas de utilização marginal e, eventualmente, venderem sua força-de-trabalho de forma temporária aos produtores de grande escala. Considerando a assimetria de poder, não havia como as classes inferiores alterarem sua situação de subordinação, sendo que isto se reflete posteriormente na herança de um posicionamento político conservador-liberal com ideais voltados para a elite ruralista.

Através do conhecimento sobre a história das instituições locais, constata-se a presença marcante de diferenças sociais intracomunitárias e de um sentimento conservador entre a maioria da população. Os reflexos destas características tornaram-se evidentes em momentos em que a instabilidade econômica desagregou as iniciativas de princípio cooperativo, ao invés de fortalecê-las, quando estas são mais necessárias. O sentimento conservadorista é, inclusive, explicitado por um de seus recentes conflitos sociais, que colocou os interesses gerais da população frente a uma possível mudança, que seria a implantação de assentamen-

tos rurais. Muito presente na política-partidária local, este sentimento era fortalecido, no propósito de seus líderes, por entidades tradicionalistas, Sindicato Rural e cooperativas, entre outras entidades.

O fato é que muitos produtores, com baixo incremento técnico, se foram descapitalizando e empobrecendo com o passar dos anos. Isto ocorreu principalmente com aqueles que, na segunda metade do século XX, com incentivos públicos e mercados em expansão, trocaram as culturas de subsistência pela monocultura intensiva. Sendo esta a opção escolhida pela maioria, as crises posteriores nos mercados de grãos funcionaram como uma "armadilha". Ao final dos anos oitenta e início dos anos noventa, nem os tradicionais produtores de lã e de leite escaparam das crises e da abertura econômica. A consequência da inserção débil destes agricultores na economia capitalista foi o êxodo rural, principalmente da população de jovens, e o aumento considerável da incidência de pobreza.

A concentração de terras, reforçada pelo modelo modernizador, constitui-se num entrave estrutural a outro modelo de desenvolvimento, com outras formas de integração dos que trabalham e vivem no meio rural. A pobreza e a miséria aumentaram na mesma proporção em que se internacionalizaram a produção, os produtos e as relações sociais na agricultura. No momento em que até os grandes produtores locais entram em crise, a sua falência tem por consequência a miséria generalizada.

Com algumas barreiras hierárquicas derrubadas no final dos anos noventa, o poder público buscou alternativas de desenvolvimento, como o incentivo à agricultura familiar. No entanto, o incentivo das lideranças locais para mudanças na estrutura produtiva é analisado, num pensamento crítico, em uma discussão polarizada. Ao mesmo tempo em que se entende a implantação de novas atividades produtivas (silvicultura, fruticultura e extração mineral) como uma oportunidade de crescimento econômico e geração de emprego, colocam-se estas iniciativas como algo passageiro, e que mantêm as históricas relações sociais de trabalho.

O município, que sofreu, ao longo do século XX, um processo de pauperização social e econômica, principalmente se comparado a muitos outros municípios do Rio Grande do Sul, defrontou-se recentemente com uma nova situação de mudança em seu sistema socioeconômico. Salientando que grande parte dos municípios da "Metade Sul" passou, e ainda passa, por um processo quase idêntico, já que estes locais foram construídos socialmente dentro de um espaço e de um tempo

comum. Resta saber quais serão os resultados das mudanças estruturais recentes no município e na região. Somente o passar dos anos confirmará se tais mudanças se sustentarão ao longo do tempo.

Referências bibliográficas

- ACRI, E. *O Gaúcho: usos e costumes*. Porto Alegre: Grafosul, 1985.
- ALONSO, J. A. E; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. *Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: FEE, 1994.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: FEE, 1991-2001.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Brasília: PNUD, 1991-2000.
- AZAMBUJA, D. "Correntes Políticas". In *Rio Grande do Sul - Terra e Povo*. 2ª ed., Porto Alegre: Globo, 1969.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CEEE e SECRETARIA DA CULTURA. *História Ilustrada do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 1998.
- CENSO AGROPECUÁRIO. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1975-1996.
- CENSO DEMOGRÁFICO. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1991-2000.
- CÉSAR, B.T. (Org.) & BANDEIRA, P. *Desenvolvimento regional, cultura política e capital social: Pesquisa empírica como subsídio à atividade parlamentar no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2001 (Relatório de Análise dos Resultados).
- COTRIM, M. "'Pecuária Familiar' na região da 'Serra do Sudeste' do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do 'pecuarista familiar' no município de Canguçu/RS". Porto Alegre: UFRGS, 2003 (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural).
- EMATER/RS. *Relatório Ações e Resultados 2002*. Encruzilhada do Sul: 2003, mimeo.
- ENCRUZILHADA DO SUL. Prefeitura Municipal. Encruzilhada do Sul: 2002.
- FERREIRA, J. R. C. "Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Camaquã-RS: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento". Porto Alegre: UFRGS, 2001 (Dissertação de Mestrado em Economia Rural).
- FIBGE. *Contagem da População 1996*. Rio de Janeiro: 1996. Disponível em www.sidra.ibee.gov.br. Acesso em 7 dez. 2003.
- FLORES, M. *História do Rio Grande do Sul*. 5ª ed., Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.
- FONTOURA, L. F. M. "Macanudo Taurino: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha Gaúcha". São Paulo: USP, 2000 (Tese de Doutorado em Geografia).
- FUNDAÇÃO DA PRODUTIVIDADE. *Documento - Dez anos de soja*. Porto Alegre: 1984.

- GOLIN, T. *A ideologia do gauchismo*, 3ª ed., Porto Alegre: Tchê, 1983.
- HOFFMANN, R. *Distribuição de Renda: Medidas de Desigualdade e Pobreza*. São Paulo: Edusp, 1998.
- IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Vol. XXIII, Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1958:167-173.
- INCRA/FAO. *Guia Metodológico - Diagnóstico de Sistemas Agrários*. Brasília: INCRA/FAO, 1999.
- IPEADATA. Brasília: IPEA, 2003. Disponível em: www.ipeadata.gov.br.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultura, 1986.
- KLIEMANN, L. H. S. *RS: terra e poder - história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- KREMER, A. C. "Panorama da Educação". In *Rio Grande do Sul - Terra e Povo*. 2ª ed., Porto Alegre: Globo, 1969:259-283.
- LESSA, B. "Danças Regionais". In *Rio Grande do Sul-Terra e Povo*. 2ª ed., Porto Alegre: Globo, 1969:199-206.
- MAQUIAVEL, N. B. *O Príncipe*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- MAZOYER, M. & ROUDART, L. *História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- MEDEIROS, L. "As Cidades". In *Rio Grande do Sul-Terra e Povo*. 2ª ed., Porto Alegre: Globo, 1969:89-107.
- MONASTERIO, L. M. "Capital Social e a Região Sul do Rio Grande do Sul". Curitiba: UFPR, 2002 (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico).
- NOLL, M. I. & TRINDADE, H. (Coord.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.
- NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PESAVENTO, S.J. *História do Rio Grande do Sul*. 3ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- _____. *A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.
- PGDR. *Evolução e transformação da agricultura e desenvolvimento sustentável: Contribuições para a concepção e implementação de políticas públicas para a "Metade Sul" do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2001 (Projeto de Pesquisa).
- _____. *Síntese de Saída de Campo - Encruzilhada do Sul*. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2003, mimeo.
- PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1996*. Lisboa: Tricontinental, 1996.
- _____. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*. Lisboa: Mensagem, 2003.
- PUTNAM, R. D; LEONARDI, R. & NANETTI, R.Y. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- RECENSEAMENTO DO BRAZIL. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1872-1920.

- RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 1940-1950.
- RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1960-1980.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. *Levantamento dos assentamentos rurais do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ago. 2001, mimeo.
- ROCHE, J. "A Colonização Alemã". In *Rio Grande do Sul - Terra e Povo*. 2ª ed., Porto Alegre: Globo, 1969:129-143.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOUZA, S.T. "Utilização da reconstrução da evolução e diferenciação dos sistemas agrários no aprimoramento do processo de planejamento estratégico participativo da EMATER-RS: estudo de caso do município de Dom Feliciano". Porto Alegre: UFRGS, 2001 (Monografia de Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia).
- TARGA, L. R. P. "Elites regionais e formas de dominação". In TARGA, L. R. P. (Org.). *Breve Inventário de Temas do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, FEE; Lajeado: UNIVATES, 1998.
- TRINDADE, H. & NOLL, M. I. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Sulina, 1991.
- UNIJUÍ. "Avaliação e Caracterização Sócio-Econômica dos Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul". Ijuí: 2002 (Relatório de Pesquisa).
- VERSCHOORE FILHO, J. R. S. "Metade Sul: uma análise das políticas públicas para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul". Porto Alegre: UFRGS, 2000 (Dissertação de Mestrado em Administração Pública).
- WOOLCOCK, M. & NARAYAN, D. "Social Capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy". In *The World Bank Research Observer*. Washington, D.C.: World Bank, v. 15, nº 2, aug, 2000:225-249.